ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Terça-feira, 24 de novembro de 2026

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado Charles Santos – Republicanos

SUMÁRIO

1 – LEIS
2 – ATAS
2.1 – 38ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado a Maurício Galante
2.2 – Comissão
3 – ORDENS DO DIA
3.1 – Plenário
3.2 – Comissões
4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
4.1 – Comissões
5 – PARECERES
6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
7 – ERRATAS

LEIS

LEI Nº 26.041, DE 7 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027.

Dispositivos da Proposição de Lei nº 27.011, vetados pelo Senhor Governador do Estado e mantidos pela Assembleia Legislativa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo os seguintes dispositivos da Proposição de Lei nº 27.011:

(…)

Art. 7º – (…)

XXVI – demonstrativo das ações que compõem as despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino previstos no inciso III;

XXVII – demonstrativo do plano de aplicação referente aos investimentos de que trata o inciso III do § 2º do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, contendo, no mínimo, as informações previstas no art. 71 do Decreto Federal nº 12.433, de 14 de abril de 2025.

(…)

Art. 39 – (…)

§ 11 – O valor das emendas de blocos e de bancadas a que se refere o inciso II do § 2º destinado a ações e serviços públicos de saúde ou à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do § 18 do art. 160 da Constituição do Estado, em qualquer das modalidades de aplicação, independe do IAG.

(…)

Art. 49 – (…)

VII – o demonstrativo, atualizado bimestralmente, da receita e da execução físico-orçamentária dos programas e das ações vinculados ao Fundo de Erradicação da Miséria – FEM –, incluindo o detalhamento da fonte de recursos, de eventuais desvinculações e deduções de receitas;

(…)

XVI – o demonstrativo do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior dos recursos vinculados ao FEM;

XVII – os demonstrativos da receita estimada, detalhada por fonte de recursos, e da despesa prevista para o FEM, com especificação dos recursos a serem aplicados nas ações do Plano Mineiro de Combate à Miséria.

(…)

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 23 de novembro de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputada Leninha – Presidente em exercício

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 38ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/11/2026

Presidência do Deputado Mauro Tramonte

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Charles Santos – Entrega de Título – Palavras do Sr. Maurício Galante – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Charles Santos – Mauro Tramonte.

Abertura

O presidente (deputado Mauro Tramonte) – Às 19h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião à entrega, ao Sr. Maurício Galante, do título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do deputado Charles Santos, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Maurício Galante; Cel. Ricardo Luiz Loureiro Signorini, representando o Comando da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro; 2º-Ten. RM2 Médico João Pedro Portilho Falci Miranda, representando o comandante da Capitania Fluvial de Minas Gerais da Marinha do Brasil, CMG Alessandro de Paula Lima; Maj. PM André Loures Ribeiro, representando o Batalhão de Polícia de Choque; e deputado Charles Santos, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, interpretado pelo Conjunto Musical Asas de Minas. O conjunto é composto pelo SO Levy, pelo 1º-Sgt. Silveira, pelo 1º-Sgt. Ulisses e pelo 2º-Sgt. Abner, da Força Aérea Brasileira, a Aeronáutica.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

A locutora – Gostaríamos de agradecer aos convidados que acompanham esta solenidade, seja presencialmente, pela TV Assembleia ou pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Exibição de Vídeo

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo sobre o homenageado.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Charles Santos

Boa noite, senhoras e senhores. É um prazer e uma honra recebê-los hoje na Casa do Povo Mineiro, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Quero inicialmente cumprimentar e parabenizar, pela condução dos trabalhos, o caríssimo deputado Mauro Tramonte, amigo de longa data, representando, nesta reunião especial, a presidente em exercício da nossa ALMG, deputada Leninha. Presidente, muito obrigado por conduzir os trabalhos. Quero cumprimentar o Exmo. Sr. Cel. Ricardo Luiz Loureiro Signorini, representando o comando da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro – sinto-me muito honrado de tê-lo aqui conosco, Cel. Signorini; o Exmo. Sr. 2º-Ten. RM2 Médico João Pedro Portilho Falci Miranda, representando o CMG Alessandro de Paula Lima, comandante da Capitania Fluvial de Minas Gerais da Marinha do Brasil – também me sinto muito honrado por ter a sua presença; o Exmo. Sr. Maj. PM André Loures Ribeiro, representando o Batalhão de Polícia de Choque e a nossa gloriosa Polícia Militar. De forma muito especial, quero cumprimentar o nosso homenageado da noite, Maurício Galante, que está aqui. Maurício, que você possa sentir – e tenho certeza de que seu coração e sua alma já estão aquecidos – todo o carinho e o calor mineiro. O povo mineiro é um povo acolhedor, e você já percebeu isso. Portanto receba o nosso abraço, o nosso respeito e a nossa consideração.

Senhoras e senhores, antes de começar, preciso fazer um registro. Maurício, pelo visto, até para receber uma homenagem em Minas Gerais você precisou enfrentar alguns imprevistos pelo caminho. Sua chegada estava prevista para ontem, dia 18, mas um imprevisto no voo fez com que você conseguisse chegar hoje, justamente no dia da homenagem. Mas, considerando a sua história e o título do seu livro, E se o meu paraquedas não abrir?, acho que podemos dizer que mais um imprevisto entrou para a sua coleção. Brincadeiras à parte, o importante é que você chegou, está aqui conosco e pôde receber pessoalmente o reconhecimento que merece – pôde e pode receber.

Hoje é um daqueles momentos em que a gente precisa ir além dos títulos, dos cargos e das formalidades para falar de algo muito maior: uma história de vida. Quero começar dizendo que já admirava o Maurício Galante antes mesmo de conhecê-lo pessoalmente. Mas essa admiração cresceu ainda mais quando tive a oportunidade de encontrá-lo em Orlando, na Flórida, durante o Fórum Pan-Americano da Liberdade, onde também tive a oportunidade de assistir à sua palestra e conhecer um pouco mais o seu trabalho e principalmente ouvir a sua história. Confesso que fiquei maravilhado, não apenas pelo que ele havia conquistado, mas pelo

caminho que precisou percorrer para chegar até ali, pela maneira como falava de suas experiências, pelas dificuldades que enfrentou e, sobretudo, pela disposição de continuar acreditando e trabalhando, mesmo quando a vida lhe apresentou os cenários mais difíceis. Saí daquele encontro com uma admiração ainda maior e com a convicção de que a sua história merecia ser reconhecida. E é por isso que estamos aqui.

Maurício é natural da cidade de São Paulo. Construiu sua primeira trajetória no Brasil, onde ingressou no Colégio Naval. Formou-se e dedicou oito anos de sua vida à Marinha do Brasil. Foi oficial, assumiu responsabilidades e desenvolveu valores que o acompanhariam por toda a vida: disciplina, liderança, coragem, compromisso. Mas a vida nem sempre segue os planos que fazemos, Maurício. Após encerrar a sua trajetória na Marinha, voltou os seus esforços para o empreendedorismo. Passou a investir no turismo e no paraquedismo, dando vida a um novo projeto profissional e construindo o seu próprio negócio, até que uma tragédia natural em Angra dos Reis mudou completamente o rumo de sua história. Veio a falência, vieram perdas pessoais. E esse homem, senhoras e senhores, que já havia construído uma empresa, precisou descobrir como começar novamente. Começou a trabalhar como camelô na praia de São Conrado, no Rio de Janeiro, vendendo DVDs para turistas estrangeiros. É importante contar isso porque muitas vezes – e falávamos isso há pouco – quando olhamos para alguém que alcançou o sucesso, enxergamos apenas o resultado. Não conhecemos as dificuldades, as noites de incerteza e os sacrifícios que ficaram pelo caminho. Maurício conheceu essa realidade.

Em busca de uma nova oportunidade, foi para os Estados Unidos, mas não encontrou um caminho pronto, muito menos uma vida confortável esperando por ele. Passou seis meses vivendo em uma barraca, trabalhou como pintor, faxineiro e aceitou os serviços que surgiam. Precisou reconstruir sua vida em um país diferente, com outra cultura e outros desafios. E aqui existe algo que merece, meu caro Sgt. Oliveira, ser reconhecido. Ele não teve vergonha de recomeçar. Não permitiu que o passado definisse o futuro. Não ficou preso ao que havia perdido. Trabalhou, aprendeu, buscou oportunidades e seguiu em frente. Conseguiu emprego em um café, tornou-se gerente e, posteriormente, voltou ao universo do paraquedismo, tornando-se o primeiro brasileiro a abrir uma empresa desse segmento nos Estados Unidos. Depois construiu uma nova trajetória empresarial, investiu no setor de golfe, adquiriu o Centro de Golfe de Arlington, ao lado de sua esposa, e participou da introdução de tecnologias que ajudam a transformar o setor.

Sua história não é a de alguém que nunca caiu. Repito, não é a história de alguém que nunca caiu. É a de alguém que, mesmo depois de tantas quedas, encontrou motivos e forças para continuar. Talvez seja justamente por isso que o título de seu livro seja tão significativo: E se meu paraquedas não abrir?. Essa é uma pergunta que nos provoca, porque, na vida, todos nós enfrentamos momentos em que precisamos saltar sem ter controle sobre tudo o que acontecerá depois. Momentos em que os planos falham, as certezas desaparecem e precisamos encontrar coragem para prosseguir. Maurício transformou essa pergunta em uma história de vida. Existe uma frase do nosso querido poeta João Guimarães Rosa, grande escritor mineiro, que traduz muito bem isso. Ele diz: “O que a vida quer da gente é coragem”. É isso, Maurício. É isso. Coragem para enfrentar o desconhecido, coragem para trabalhar quando as circunstâncias não são favoráveis, coragem para estabelecer novas metas, assumir riscos e, principalmente, recomeçar. Maurício fez isso na sua história. É um exemplo de que grandes conquistas não acontecem de um dia para o outro, mas são construídas um dia de cada vez.

Hoje, essa determinação também está presente em sua atuação pública. Vejam: em maio de 2024, meu caro Alan Borges, vereador de Esmeraldas, Maurício foi eleito vereador pelo distrito de Arlington, no Texas, tornando-se o primeiro brasileiro eleito para uma câmara municipal dos Estados Unidos. Atualmente, preside a Comissão de Desenvolvimento Econômico, trabalhando para fortalecer o ambiente de negócios, atrair investimentos, estimular a criação de empregos e ampliar as oportunidades para a população. A sua atuação também envolve temas que considero fundamentais, como segurança pública, modernização tecnológica e melhoria da qualidade de vida das pessoas. E digo isso porque são pautas, meu caro Maurício, que também fazem parte da minha atuação aqui, nesta Casa. Como deputado estadual, tenho me debruçado nesses temas. Ao longo de quase oito anos, tenho dedicado o meu trabalho

à defesa das famílias, ao fortalecimento da segurança pública, à valorização da liberdade e à construção de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do nosso estado e para uma vida melhor para os mineiros.

É muito interessante perceber como, mesmo em países de realidades diferentes, podemos ter propósitos em comum. Vejo, na trajetória de Maurício, essa mesma preocupação em transformar experiência, conhecimento e trabalho em oportunidades. Acredito que é assim que surgem as boas conexões: quando compartilhamos valores, ideias e, principalmente, desejo de fazer a diferença na vida das pessoas. É uma atuação que demonstra que sua experiência empresarial não ficou restrita aos negócios. Ela também se transformou em compromisso com a comunidade e com o serviço público.

Quero destacar algo que considero muito especial. Maurício, a maneira como você tem representado o Brasil nos Estados Unidos nos orgulha tremendamente. Em um momento em que tantas notícias negativas, tantos escândalos e tantas dificuldades ocupam o noticiário em diferentes áreas da nossa sociedade, é importante lembrar que existem brasileiros construindo histórias que merecem ser contadas: brasileiros que trabalham, empreendem, conquistam espaços e demonstram ao mundo a capacidade do povo brasileiro. Você é um desses, um filho da nossa pátria que atravessou fronteiras, senhoras e senhores, enfrentou desafios e conquistou seu espaço sem deixar de carregar suas origens, sua história e suas raízes.

É justamente por conhecer sua trajetória e reconhecer sua capacidade de construir pontes que vejo uma conexão tão importante entre a sua atuação e o futuro de Minas. Nosso estado possui riquezas que despertam o interesse do mundo, entre elas as terras-raras e minerais estratégicos para a indústria de alta tecnologia, para a fabricação de motores elétricos, equipamentos tecnológicos e componentes fundamentais para a economia do futuro. Minas Gerais tem avançado muito nesse setor. Mas o que precisamos compreender é que não basta possuir riquezas naturais. Precisamos transformá-las em desenvolvimento, tecnologia, investimentos, empregos e oportunidades para os mineiros. Maurício conhece essa realidade brasileira, vive a realidade americana e ocupa uma posição de liderança na área de desenvolvimento econômico de Arlington. Além disso, já trouxe, para o debate público, a importância estratégica das terras-raras nas relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos. Aliás, motivo de uma importante reunião que nós tivemos hoje com o governo de Minas. Essa experiência pode representar uma ponte importante para o diálogo e a aproximação institucional e a construção de novas oportunidades. É também por isso que esta homenagem tem um significado tão especial. Que este título represente o início ou o fortalecimento de uma relação de amizade, cooperação e oportunidades entre você, sua cidade e o nosso estado.

Quero terminar voltando à pergunta que dá nome ao seu livro: e se meu paraquedas não abrir? Talvez ninguém tenha uma resposta pronta para todas as incertezas da vida, mas sua trajetória nos mostra que não podemos permitir que o medo de cair nos impeça de dar novos saltos. Maurício, obrigado por sua história, meu irmão, pelo carinho com que você representa o Brasil e por nos lembrar que é possível atravessar fronteiras sem perder as próprias raízes. Eu encerro dizendo que hoje Minas Gerais não está apenas concedendo um título. Está acolhendo um filho do Brasil que, mesmo tendo construído sua história longe daqui, passa a ter também um lugar especial na história do nosso estado. Seja muito bem-vindo à Cidadania Honorária de Minas Gerais. Muito obrigado, Maurício Galante.

Entrega de Título

A locutora – O deputado Mauro Tramonte, representando a presidente em exercício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputada Leninha, acompanhado pelo deputado Charles Santos, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Maurício Galante. A placa contém os seguintes dizeres: "Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado, atendendo a requerimento de autoria do deputado Charles Santos, promulgado pela Resolução nº 5.667, de 3 de julho de 2026, concede a Maurício Galante o título de Cidadão Honorário do Estado pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.".

– Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Maurício Galante

Boa noite. Boa noite, Exmo. Sr. Deputado Mauro Tramonte, representando a presidente em exercício da Assembleia, deputada Leninha. Muito obrigado pela deferência e por presidir a sessão desta noite. Muito obrigado. Exmo. Sr. Deputado Charles Santos – meu amigo e agora conterrâneo –, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, eu fico profundamente agradecido. Muito obrigado por tudo; é o começo de uma grande amizade. Exmo. Sr. Cel. Ricardo Luiz Loureiro Signorini, representando o comando da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro, muito obrigado. É uma honra tê-lo aqui. Que bom que não tivemos uma baixa em serviço hoje. Exmo. Sr. 2º-Ten. RM2 Médico João Pedro Portilho Falci Miranda, representando o comandante da Capitania Fluvial de Minas Gerais, da Marinha do Brasil, CMG Alessandro de Paula Lima – trouxe a Marinha do Brasil, que eu nunca esqueço; está representando a Marinha do Brasil –, obrigado. Exmo. Sr. Maj. PM André Loures Ribeiro, representando o Batalhão de Polícia de Choque, muito obrigado pela presença. Agradeço às demais autoridades presentes. Está aqui o vereador da cidade vizinha; obrigado. Obrigado, amigos e familiares presentes, que vieram de longe. Temos também nossos queridos veteranos das Forças Armadas e da Marinha do Brasil, Comte. Villas Bôas e veteranos das Polícias Militares: vocês são o farol que nos guia dia após dia.

Liberdade, ainda que tardia. Receber o título de cidadão mineiro é uma honraria que levarei comigo pelo resto da minha vida. Mais uma vez, permitam-me agradecer especialmente ao deputado Charles Santos tamanha deferência. Há uma coincidência que considero especial: minhas iniciais, Maurício Galante – MG. Hoje, essas duas letras ganham um significado ainda maior para mim. Elas passam a representar também Minas Gerais, uma terra cuja história ajudou a moldar a ideia de liberdade no Brasil. E é justamente sobre liberdade – se me permitem – que gostaria de falar hoje. O lema de Minas Gerais, "*Libertas quae sera tamen*", também estampado nessa bandeira, não é apenas uma frase histórica, é uma convocação permanente às futuras gerações. Sem pretensão alguma de ser considerado um historiador, permitam-me compartilhar aqui algumas descobertas de uma rápida pesquisa histórica que me fizeram enxergar conexões fascinantes entre Minas Gerais e a própria história americana.

Em 1789, homens desta terra tiveram a coragem de imaginar um Brasil diferente, inspirados pelo iluminismo e pelo exemplo da Independência Americana de 1776, que ocorrera 13 anos antes. Eles discutiam soberania, liberdade econômica, representação política e a possibilidade de construir uma república. Há também uma riqueza extraordinária nos próprios símbolos mineiros. O lema proposto por Alvarenga Peixoto vem de um verso do poeta romano Virgílio. Já o triângulo proposto por Tiradentes foi associado à Santíssima Trindade. Essa combinação de referências clássicas, cristãs e republicanas revela a dimensão intelectual daqueles homens.

E há uma conexão ainda mais surpreendente com a história americana. Em 1786, José Joaquim da Maia, um estudante brasileiro na França e conectado a outros colegas mineiros, começou a se corresponder com Thomas Jefferson, um dos fundadores dos Estados Unidos e principal autor da Declaração da Independência Americana. Maia utilizava o pseudônimo de Vendek e buscava discutir a possibilidade de independência do Brasil. Em 1787, os dois chegaram a se encontrar pessoalmente em Nimes, na França. Imaginem: enquanto os ideais da liberdade atravessavam o Atlântico, um brasileiro procurava justamente um dos grandes protagonistas da Independência Americana para discutir o futuro desta pátria.

Outra curiosidade: existe uma bandeira histórica atribuída à tradição da Inconfidência preservada aqui em Minas Gerais, com um triângulo verde. E, durante a Revolução Americana, existiu também a bandeira chamada "*An appeal to Heaven*", "Um apelo aos Céus", contendo um pinheiro verde sobre um fundo branco. Inspirada na obra de John Locke, essa bandeira carregava uma mensagem política, filosófica e religiosa muito importante: quando um governo se torna tirânico e os meios legais de buscar a justiça se esgotam, o povo tem o direito de recorrer a Deus e resistir à opressão. Apesar de não haver comprovação da influência direta entre esses símbolos – do que eu duvido –, ambos nos remetem a uma mesma tradição de pensamento: a liberdade e o direito de resistir ao poder arbitrário. Os pais da Independência Americana e da Inconfidência Mineira sabiam que a liberdade tinha um preço. Muitos

pagaram com a sua própria vida, com o exílio e com a perseguição. A lição que nos deixaram foi que não devemos medir a lealdade de um cidadão pela submissão ao poder, mas pelo seu compromisso com a liberdade, a justiça e o futuro de uma nação.

Permitam-me agora fazer um paralelo com a história do Texas, o estado americano que hoje tenho a honra de representar como vereador eleito na cidade de Arlington. E faço uma ressalva aqui: vídeo impressionante, muito obrigado, ficou muito bem-feito. Durante o seu processo de independência, em 1836, na Batalha do Álamo, aproximadamente 189 defensores texanos resistiram a um contingente muitas vezes maior do exército mexicano. Foi-lhes oferecida a rendição em troca de suas vidas, o que recusaram, de pronto. Nenhum deles sobreviveu ao cerco de quatro dias, porém, eles não abandonaram aquilo em que acreditavam.

O grito "Remember the Alamo!" ou "Lembre-se do Álamo!" tornou-se parte permanente da identidade texana e impulsionou a vitória dos texanos na Batalha de San Jacinto, liderados por Samuel Houston, nascendo então a República do Texas. O Álamo não é apenas a lembrança de uma batalha. É um símbolo de resistência, coragem e compromisso com a liberdade, que está impresso nas almas dos texanos até os dias de hoje.

Dito isso, eu gostaria de sugerir, com toda a vênia, Sr. Presidente, que Minas Gerais adotasse uma lembrança igualmente permanente: "Lembrem-se da Inconfidência." Lembrem-se daqueles que, há quase 240 anos, ousaram sonhar com um Brasil soberano, livre e capaz de determinar seu próprio destino. Porque a história não deve servir apenas para celebrar os mortos, deve servir para cobrar a responsabilidade dos vivos.

Hoje, olhando para o Brasil, vejo um país extraordinário em potencial, mas que ainda enfrenta desafios profundos como a corrupção sistêmica, a insegurança jurídica, a desigualdade de oportunidades e os entraves à liberdade econômica, que geram um atraso tecnológico e ineficiência estatal.

E, neste dia de grande gala, em que celebramos o Dia da Bandeira da República, instalado no Brasil, 100 anos depois da Inconfidência Mineira — e não é coincidência eu ter a honra de estar aqui falando sobre liberdade —, precisamos reconhecer que ainda temos muito a fazer para que a promessa de ordem e progresso se torne uma realidade.

Como brasileiro-americano e representante eleito nos Estados Unidos, isso me entristece profundamente. O Brasil não pode se conformar com instituições que não entregam aquilo que a população espera. Precisamos de justiça imparcial, liberdade para empreender, respeito às garantias individuais e instituições que respeitem os limites de suas próprias atribuições. O futuro não será construído pela concentração de poder, mas pela participação de cidadãos conscientes.

E há algo que gostaria de dizer aos brasileiros: o povo americano não olha o Brasil com indiferença. Vemos o Brasil como um parceiro natural, com recursos extraordinários, uma população empreendedora e uma posição estratégica para o futuro do nosso hemisfério. Acredito em um futuro de liberdade e prosperidade compartilhada entre Brasil e Estados Unidos, mas essa transformação precisa acontecer dentro do próprio Brasil. Cabe aos brasileiros tomar as rédeas do seu destino, participar da vida pública e exigir instituições que entreguem justiça, liberdade e prosperidade. E, se alguém perguntar por onde começar, minha resposta é: comecem por Minas Gerais. Comecem pela terra que, há mais de dois séculos, já tinha homens capazes de pensar além do seu próprio tempo.

O Texas de hoje é um exemplo de como a identidade forte, a liberdade econômica, o empreendedorismo e a segurança jurídica podem contribuir para a prosperidade do povo. Se fosse um país, o Texas hoje seria a 8ª maior economia do mundo, maior que o próprio Brasil inteiro. E os texanos continuam lembrando do Álamo, não porque vivem presos ao passado, mas porque sabem que uma sociedade precisa conhecer sua história para preservar aquilo que conquistou.

Minas Gerais, Sr. Presidente, também precisa olhar para a sua história, não para viver de glórias passadas, mas para recuperar a coragem de seus inconfidentes e transformar suas aspirações em realidade. E termino aqui com uma pergunta: os inconfidentes sabiam o Brasil que queriam construir, e vocês? Vocês sabem quais instituições já não lhes servem mais, quais liberdades querem preservar e que oportunidades querem oferecer aos seus filhos e netos? Se ainda não têm todas essas respostas,

talvez seja a hora de voltar lá atrás, em 1789, e ouvir aqueles que tiveram coragem de fazer essas perguntas pela primeira vez neste solo pátrio.

Recebo hoje este título, Sr. Presidente, com muita gratidão, mas também com o compromisso de honrar Minas Gerais, sua história e sua vocação pela liberdade. Povo mineiro, que venha a liberdade, ainda que tardia, mas lembre-se: a liberdade não se pede de joelhos, liberdade se conquista, liberdade se exerce e se defende. Lembrem-se da Inconfidência. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos. Mais uma vez, obrigado pela presença. Gostaria de destacar o nosso querido deputado Charles Santos, deputado sempre atuante nesta Assembleia Legislativa, defensor do povo mineiro, sempre propondo projetos maravilhosos aqui para a Assembleia, os quais, consequentemente, beneficiam todo o nosso povo mineiro; o nosso querido Maurício Galante, que brilhantemente fez um discurso muito interessante, e que, principalmente, disse que o nome dele é Maurício Galante, é MG, Minas Gerais, exatamente, que coincidência, muito bom, parabéns pelo seu discurso; o nosso querido 2º-Ten. João Pedro, que representa aqui a nossa Marinha e o comandante da Capitania; o Exmo. Sr. Coronel Ricardo, representando o Comando da 4ª Região, obrigado pela presença; o Maj. PM Loures, que representa neste momento também a Polícia Militar aqui; as senhoras e os senhores; a nossa TV Assembleia, pois estamos ao vivo aqui hoje nela; os servidores desta casa; a nossa querida banda maravilhosa, que parabenizo.

É com grande satisfação que, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, recebemos, nesta solenidade, o empresário, escritor, homem público, Maurício Galante, para lhe conceder o título de Cidadão Honorário do Estado. Para se conceder um título desse, eu sempre falo, eu sempre comento, quando vou receber um título de cidadania também, que existe todo um processo que se faz para se apreciar o nome da pessoa. Não é simplesmente dizer: eu vou dar esse título para a pessoa. Não é assim. Ele passa por comissões, passa pelo crivo das votações dos deputados. Logicamente, pela sua trajetória, pelo seu trabalho, pelo seu serviço, aprovaram o nome do nosso querido, agora mineiro.

Nascido no Estado de São Paulo, o nosso homenageado coleciona histórias de coragem e superação que vêm sendo coroadas com êxito cada vez maior. Seu sucesso ultrapassa as fronteiras do País e alcança os Estados Unidos, como foi dito, onde ele exerce atualmente a vereança numa importante cidade do Texas, cuja história ele também contou. Em paralelo, exerce a sua atividade empresarial. Sua destacada trajetória é fruto de um sólido caráter forjado nos rigores da vida militar e aperfeiçoado nos desafios da vida empresarial. Com determinação para superar as dificuldades do caminho, com espírito empreendedor para crescer de forma ética e sustentável e com o compromisso genuíno com o interesse público e com o bem comum, Maurício Galante é exemplo de um cidadão de sucesso. Tanto é assim que a experiência do nosso homenageado, condensada num livro autobiográfico, é hoje modelo para milhares de leitores mineiros que nele encontram inspiração para perseverar e buscar a prosperidade. Creio que esteja nas melhores livrarias do Brasil, sem dúvida nenhuma.

As virtudes por ele cultivadas na vida pessoal e profissional encontram eco na alma mineira, que sonha alto, que é firme em seus propósitos e que preza, acima de tudo, como o senhor disse, pela liberdade. O senhor bem disse isso ali, e o seu próprio discurso há pouco provou isso. Falou também da nossa bandeira. Coincidentemente hoje é dia 19 de novembro, Dia da nossa Bandeira Nacional, brasileira. Sendo assim, a Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais, hoje concedida a Maurício Galante, é um reconhecimento formal dessa convergência de ideias entre o nosso agraciado e o povo mineiro, que agora o acolhe como filho da terra. Saudamos calorosamente, portanto, o nosso homenageado, seus amigos e familiares, desejando-lhes saúde, paz e prosperidade pelas próximas décadas, agora com Minas Gerais oficialmente no seu coração. De hoje em diante, Galante, quando V. Exa. saborear o nosso pão de queijo, nosso queijo Minas, nosso frango com quiabo, poderá dizer para todo mundo que isso tudo aí e muito mais são da sua terra, são de Minas Gerais. Parabéns.

A locutora – Após o encerramento regimental, ouviremos o Conjunto Musical Asas de Minas, que apresentará as seguintes músicas: *Travessia*, de Milton Nascimento e Fernando Brant; e *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brant.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo desta convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 23, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/11/2026

Às 10h13min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Ione Pinheiro e Macaé Evaristo e o deputado Leleco Pimentel (substituindo o deputado Luizinho, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Governo (50 ofícios em 24/7/2026); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (57 ofícios em 24/7/2026, 40 ofícios em 30/7/2026, 6 ofícios em 27/8/2026 e 1 ofício em 2/9/2026); da Secretaria de Estado de Educação (1 ofício em 14/5/2026, 4 ofícios em 29/5/2026, 1 ofício em 25/6/2026, 6 ofícios em 2/7/2026, 1 ofício em 9/7/2026, 3 ofícios em 10/7/2026, 1 ofício em 16/7/2026, 1 ofício em 17/7/2026, 40 ofícios em 24/7/2026, 2 ofícios em 30/7/2026, 19 ofícios em 5/8/2026, 4 ofícios em 27/8/2026, 3 ofícios em 18/9/2026, 4 ofícios em 23/9/2026, 3 ofícios em 24/9/2026, 14 ofícios em 25/9/2026 e 1 ofício em 1º/10/2026); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em 5/8/2026); da Universidade do Estado de Minas Gerais (um ofício em 24/7/2026); da Controladoria-Geral do Estado (um ofício em 24/7/2026); da Fundação Helena Antipoff (um ofício em 24/9/2026); da Prefeitura Municipal de Itabira (um ofício em 28/8/2026); do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (um ofício em 21/5/2026, um ofício em 2/7/2026, um ofício em 30/7/2026 e um ofício em 11/9/2026); do Ministério da Educação (um ofício em 24/7/2026 e um ofício em 2/9/2026); da Prefeitura Municipal de Formiga (um ofício em 27/8/2026); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 27/8/2026); da Prefeitura Municipal de Santa Luzia (um ofício em 5/8/2026); da Prefeitura Municipal de Arcos (um ofício em 12/6/2026); da Prefeitura Municipal de Ouro Branco (um ofício em 25/6/2026); do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (um ofício em 9/7/2026 e um ofício em 27/8/2026); da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas (um ofício em 30/7/2026); e da Secretaria Municipal de Educação de Itaúna (uma mensagem por correio eletrônico em 6/11/2026). Comunica também o recebimento de mensagens por meio do canal Fale com as Comissões: da Sra. J. B. N. solicitando providências e acompanhamento institucional diante de denúncias de assédio moral, perseguições e retaliações no ambiente de trabalho escolar; do Sr. Erasmo Calixto Leite manifestando-se contra a transformação da Escola Estadual Coronel Juca Pinto em unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais e solicitando fiscalização para manutenção da escola como unidade regular; de cidadã denunciando suposto esquema de fraudes em contratos da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, direcionamento de empresas e de livros didáticos, solicitando investigação e fiscalização das prestações de contas; da Sra. C. A. P. R. denunciando suposto abuso de poder, perseguição política e irregularidades em sua dispensa pela Superintendência Regional de Ensino de Patrocínio, solicitando auditoria e providências junto à Secretaria de Estado de Educação; da Sra. Regina Célia Diniz solicitando apoio para disponibilização de ônibus e *kits* de lanche para visita pedagógica de alunos da Escola Estadual Engenheiro Prado Lopes à Gruta da Lapinha; do Sr. Tiago Moreira Guimarães reivindicando equiparação dos critérios de promoção funcional dos especialistas em educação básica aos aplicados aos professores, solicitando providências legislativas e audiência pública; do Sr. Ricardo Henrique Laporta Gonçalves propondo a modernização do Decreto-Lei Federal nº 1.044/1969 para incluir questões de saúde mental, acolhimento de atestados psicológicos e recomposição da carga horária escolar; da Sra. Adriane Lima Cunha solicitando orientação e providências para assegurar o direito ao gozo de férias anuais após o término da licença-maternidade; da Sra. Josie Michelle Soares

reivindicando auxílio-transporte e apoio à moradia para professores que trabalham em escolas rurais e de difícil acesso, além da realização de audiência pública; do Sr. Wendens Santos Alves Barbosa manifestando preocupação com os impactos da Resolução CEE/MG nº 507/2026 e reivindicando a valorização dos professores de educação especial e a garantia dos direitos dos estudantes público-alvo da educação especial; do Sr. Alessandro Valentino de Carvalho propondo a criação de programa estadual de excelência acadêmica e desenvolvimento de talentos para estudantes de elevado desempenho escolar; da Sra. Andressa Sales Cardoso manifestando-se contra a atuação do professor de atendimento educacional especializado em sala regular, defendendo a importância de sua atuação especializada para a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes; e do Sr. Eustáquio Júnior dos Santos solicitando fiscalização das creches e escolas públicas, com atenção às condições de infraestrutura, limpeza, materiais escolares e alimentação dos estudantes. A presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatoras as deputadas mencionadas entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.367, no 2º turno, 5.175, no 1º turno, e 5.425/2026, em turno único (Beatriz Cerqueira); 75/2019, no 2º turno (Lohanna); e 4.816/2025, no 1º turno (Macaé Evaristo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 75/2019 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relatora: deputada Ione Pinheiro, após redistribuição da relatoria). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É convertido em diligência, a requerimento da relatora, o Projeto de Lei nº 5.425/2026, em turno único, à Escola Estadual de Ensino Médio do Município de Ponto dos Volantes. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 19.313/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 23.697/2026, da deputada Lohanna, em que requer seja formulado voto de congratulações com Lucas Arantes Lemos Oliveira, com seu orientador Valter Leite, professor da Universidade Federal de Ciência e Inovação de Minas Gerais, Campus Divinópolis, e com o coorientador Kevin Guelton, da Université de Reims Champagne-Ardenne, da França, pela conquista do Prêmio Capes de Tese 2026, na área interdisciplinar;

nº 23.705/2026, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da Resolução CEE-MG nº 507, de 24/9/2026, na organização da educação especial inclusiva na rede estadual de ensino;

nº 23.747/2026, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e seus respectivos *campi* pela relevante contribuição para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do País;

nº 23.748/2026, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais e seus respectivos *campi* pela relevante contribuição para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do País;

nº 23.749/2026, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais e seus respectivos *campi* pela relevante contribuição para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do País;

nº 23.750/2026, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais e seus respectivos *campi*, conforme lista anexa, pela relevante contribuição para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do País;

nº 23.781/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja revisto o § 4º do art. 24 da Resolução SEE nº 5.153/2025, para que as vagas dos Centros

Estaduais de Educação Continuada sejam integralmente disponibilizadas no sistema de movimentação de pessoal, no processo de movimentação do 1º semestre de 2027;

nº 23.782/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para o cancelamento da utilização obrigatória das apostilas do material didático Aprender Já nas escolas da rede estadual de ensino;

nº 23.783/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as normas que regulamentam a organização do quadro de pessoal das unidades escolares na rede estadual de ensino para o ano de 2027;

nº 23.784/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Rodrigo de Castro Tavares pela posse no cargo de diretor do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais – Campus Montes Claros;

nº 23.785/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Luciana Castro Geraseev pela posse no cargo de vice-diretora do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais – Campus Montes Claros;

nº 23.847/2026, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a inclusão dos cursos do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias no Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula e a garantia de prazos e ampla divulgação para as inscrições e a formação de turmas;

nº 23.848/2026, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca da oferta de inscrições para ingresso no Módulo I dos cursos do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias, com os detalhamentos que especifica e o encaminhamento dos documentos que menciona;

nº 23.856/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido de Paulo Rodinei Paixão referente a nomeação e posse no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025 e a descaracterização da condição de pessoa com deficiência;

nº 23.857/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Graziene Torres dos Santos Rodrigues referente a movimentação de pessoal;

nº 23.858/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Jaqueline Lima Dias referente a questionamentos sobre escolha de local de exercício;

nº 23.859/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Alice Carolina de Sousa Sales referente a publicação de aposentadoria;

nº 23.860/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Nelson José de Carvalho referente a dificuldade na emissão da Carteira Nacional Docente;

nº 23.861/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Roberto Carlos dos Santos Pinto referente a publicação de aposentadoria;

nº 23.862/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Paulo César Silvano referente a publicação de aposentadoria;

nº 23.864/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Nadir das Graças Pereira referente a aposentadoria;

nº 23.865/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Egidia Maria Costa Martins referente a averbação;

nº 23.866/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Cleusa Regina Chaves Marques Gontijo referente a mudança de lotação;

nº 23.867/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretaria de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Ivanilma Cardoso Amaral referente a publicação de aposentadoria;

nº 23.868/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Alexandre Campos de Siqueira referente a dificuldade na emissão da Carteira Nacional Docente;

nº 23.869/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Lourdes Resende Sousa referente a informações sobre férias-prêmio;

nº 23.895/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Municipal Alfredo Baeta, no Município de Ouro Preto, pelos 106 anos de sua fundação;

nº 23.947/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para custeio do transporte dos profissionais do Núcleo de Acolhimento Educacional para a realização das visitas de campo obrigatórias e das demais atividades externas atribuídas à função;

nº 23.948/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para a nomeação imediata de candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital Seplag/SEE nº 1/2025 com vistas ao preenchimento dos cargos vagos da carreira de analista de educação básica na especialidade de psicólogo;

nº 23.949/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para a nomeação imediata de candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital Seplag/SEE nº 1/2025 com vistas ao preenchimento dos cargos vagos da carreira de analista educacional na especialidade de nutricionista;

nº 23.969/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com Ada Magaly Matias Brasileiro e Viviane Raposo Pimenta pela publicação do livro *Professor só dá aula? O trabalho real do docente além da sala de aula*, obra que contribui para a valorização do magistério;

nº 23.972/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que os cargos vagos de professor de educação básica na disciplina de artes do Conservatório Estadual de

Música Renato Frateschi, no Município de Uberaba, sejam incluídos no quadro de vagas ofertadas para escolha dos candidatos aprovados para a referida disciplina no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025, por ocasião das convocações para provimento e posse;

nº 23.973/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para assegurar a climatização adequada na Escola Estadual Antônio Batista Mota, em Nanuque;

nº 23.974/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para autorização imediata da abertura de turmas do 1º e do 2º períodos do ensino médio da educação de jovens e adultos, para o primeiro semestre letivo de 2027, nas escolas estaduais situadas no Município de Alfenas, e para manutenção da oferta dessa modalidade de ensino no município;

nº 23.975/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Pintópolis pedido de providências para o imediato enquadramento das monitoras infantis no piso nacional do magistério, nos termos das Leis Federais nºs 11.738, de 2008, e 15.326, de 2026, e para a garantia do respeito integral aos direitos das profissionais da educação infantil no âmbito do município;

nº 23.983/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita à Escola Municipal Lídia Angélica, em Belo Horizonte, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos da reorganização das matrículas e conhecer a infraestrutura da instituição, seu projeto político-pedagógico e as condições de oferta do ensino;

nº 23.984/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita à Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa, em Belo Horizonte, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos da reorganização das matrículas e conhecer a infraestrutura da instituição, seu projeto político-pedagógico e as condições de oferta do ensino;

nº 23.985/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita à Escola Municipal Paulo Mendes Campos, no Município de Belo Horizonte, para ouvir a comunidade escolar sobre os impactos da reorganização das matrículas, bem como conhecer a infraestrutura da instituição, seu projeto político-pedagógico e as condições de oferta do ensino;

nº 23.986/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte pedido de providências para abertura de espaços de diálogo com as comunidades escolares afetadas pela reorganização da rede municipal de ensino, a fim de garantir a participação de estudantes, familiares e profissionais da educação e dos demais envolvidos na discussão das mudanças propostas e de seus impactos;

nº 23.987/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte pedido de providências para que seja garantida a matrícula do 6º ano do ensino fundamental na Escola Municipal Paulo Mendes Campos;

nº 23.988/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte pedido de providências para a imediata suspensão do encerramento das atividades da Escola Municipal Paulo Mendes Campos;

nº 23.989/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem que sejam encaminhadas à 25ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação da Comarca de Belo Horizonte as notas taquigráficas da audiência pública realizada na 22ª Reunião Ordinária da comissão, em 27/10/2026;

nº 23.990/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à secretária municipal de educação de Belo Horizonte pedido de informações consubstanciadas nos estudos técnicos que fundamentaram a

reorganização das matrículas nas Escolas Municipais Lídia Angélica, Paulo Mendes Campos e Padre Marzano Matias, incluindo os critérios adotados, os dados considerados e as justificativas que embasaram as mudanças implementadas;

nº 23.991/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Tânia Maria da Costa referente a férias-prêmio;

nº 23.992/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido de Larissa Rodrigues Lopes referente a nomeação e posse no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025 e descaracterização da condição de pessoa com deficiência;

nº 23.993/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Rejane Prates Crisóstomo referente a contagem de tempo;

nº 23.994/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido de Raquel Helena Gonçalves Penido referente a nomeação e posse no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025 e descaracterização da condição de pessoa com deficiência;

nº 23.995/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Adria Fernandes de Matos Pereira referente a sua situação funcional e ao pagamento de verbas rescisórias;

nº 23.996/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Marsoni Elisabete de Araujo referente a movimentação excepcional;

nº 23.997/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Antônio Pereira de Oliveira referente a publicação de aposentadoria;

nº 23.998/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Luci Aparecida da Silva referente a mudança de local de exercício;

nº 23.999/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Márcio Gonçalves Almeida referente a agendamento de perícia;

nº 24.000/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Alzira Aparecida Rase Tavares Pereira referente a remoção estadual;

nº 24.001/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Rogério Fernandes Pereira referente a remoção estadual;

nº 24.002/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Ana Paula Barboza Ferraz referente a afastamento para estudos;

nº 24.012/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a situação funcional, remuneratória e das condições de trabalho dos servidores da carreira de especialista em educação básica, com os esclarecimentos que especifica;

nº 24.028/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para reforma, revitalização, manutenção, adequação e ampliação do prédio da Escola Estadual Dona Indá, em Alpinópolis;

nº 24.029/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que, no Plano de Atendimento de 2027 da Escola Estadual Paulo Luiz, em Mathias Lobato, seja mantida a oferta do ensino médio nos turnos matutino e vespertino, com turmas do 1º, do 2º e do 3º anos em ambos os turnos;

nº 24.030/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Matias Barbosa pedido de providências para promover o imediato enquadramento dos educadores infantis no piso nacional do magistério, bem como para garantir a efetivação integral dos direitos dos profissionais da educação infantil no âmbito do município;

nº 24.031/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os motivos das possíveis inconsistências nos valores pagos a título de abono salarial do PIS/Pasep, referente ao ano-base de 2024, aos servidores da rede estadual de ensino, especialmente no que se refere a erros no registro dos meses trabalhados e ao eventual envio de informações fora do prazo aos sistemas oficiais pela Secretaria de Estado de Educação;

nº 24.032/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a regularização do fornecimento de materiais pedagógicos na Escola Estadual São Francisco de Assis, em São Lourenço;

nº 24.033/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja autorizada, no âmbito do Plano de Atendimento Escolar para 2027, a abertura de uma terceira turma de 6º ano do ensino fundamental, no turno da manhã, na Escola Estadual Doutor Euzébio Dias Bicalho, em Belo Horizonte;

nº 24.034/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a regularização dos repasses destinados à manutenção da Escola Estadual Mariana de Paiva, em Guidoval, e à alimentação escolar na unidade;

nº 24.035/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a instalação e a manutenção de sistema adequado de filtragem de água na Escola Estadual São Francisco de Assis, em São Lourenço;

nº 24.036/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja assegurada, no Plano de Atendimento Escolar de 2027, a oferta de educação em tempo integral nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio da Escola Estadual Mariana de Paiva, em Guidoval, com a adequação da matriz curricular do ensino médio para sete aulas diárias;

nº 24.037/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a ampliação da oferta educacional da Escola Estadual Irmão Mário Esdras, em Varginha, mediante a abertura de turmas de 6º ano do ensino fundamental e a implantação do ensino médio;

nº 24.038/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para oferta do 2º ao 5º ano do ensino fundamental no plano de atendimento 2027 da Escola Estadual Padre

José Ribeiro, em Santana da Vargem, reabertura da turma do 1º ano do ensino fundamental e suspensão da coabitação do prédio da referida escola com a Escola Municipal Doralice Mendonça Reis;

nº 24.039/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a revisão dos critérios de concessão e gozo de férias-prêmio aos servidores da rede estadual de ensino, mediante o estabelecimento de parâmetros objetivos e isonômicos e a ampliação do quantitativo de afastamentos simultâneos;

nº 24.040/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a retomada e conclusão urgente das obras previstas para a Escola Estadual Manoel Martins de Melo, em Ribeirão das Neves;

nº 24.041/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os motivos que ocasionaram a paralisação das obras previstas para Escola Estadual Manoel Martins de Melo, em Ribeirão das Neves, e sobre a previsão de retomada e conclusão das referidas obras;

nº 24.042/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas ao conselheiro do Tribunal de Contas Telmo de Moura Passareli as notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 10/11/2026, que teve por finalidade solicitar esclarecimentos sobre o extrato do Contrato nº 9521892/2026, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e a empresa Maqmóveis Indústria e Comércio de Móveis Ltda.;

nº 24.043/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas ao Juízo da 2ª Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 63ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 10/11/2026, que debateu os impactos, para a comunidade escolar, do encerramento das atividades da Escola Estadual Coronel Juca Pinto, no Município de Belo Horizonte, e da transferência de suas instalações ao Colégio Tiradentes;

nº 24.044/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas à 25ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 63ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 10/11/2026, que debateu os impactos, para a comunidade escolar, do encerramento das atividades da Escola Estadual Coronel Juca Pinto, no Município de Belo Horizonte, e da transferência de suas instalações ao Colégio Tiradentes;

nº 24.045/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos para a comunidade escolar da adoção do regime de coabitação e da organização de turmas multisseriadas na Escola Estadual Carmosina Durães Martins, em Arinos;

nº 24.046/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pedido de providências para a regularização do pagamento das bolsas de mestrado e doutorado concedidas a estudantes de pós-graduação no País;

nº 24.047/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as deliberações da Conferência Estadual de Educação de Minas Gerais, coordenada pelo Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais;

nº 24.048/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com Célio Pedro da Silva pela aprovação no concurso público do Ministério da Agricultura e da Pecuária, para o cargo de auditor fiscal federal agropecuário.

Em seguida, são aprovados os relatórios de visita às Escolas Estaduais Professor Leopoldo de Miranda e Augusto de Lima, realizadas em 10/8/2026; e às Escolas Estaduais Professora Alaíde Lisboa de Oliveira e Walt Disney, realizadas em 28/8/2026, todas no Município de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/11/2026, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 4.660/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas e projetos de economia popular solidária realizados nos últimos quatro anos, com a especificação dos recursos aplicados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.670/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o montante de recursos financeiros destinados às instituições de ensino superior do Estado, de 2019 a 2022, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao combate e à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 7.027/2024, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o quantitativo de barragens no Estado que estão em conformidade com a Resolução ANM nº 95, de 2022, com a discriminação da projeção da capacidade máxima para o recebimento de águas de chuvas, em milímetros por hora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 8.745/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de crianças e adolescentes órfãos integrantes do sistema estadual de ensino; sobre a existência de estudos de impacto da situação de orfandade no processo de escolarização desses alunos no Estado; e sobre iniciativas desenvolvidas pela secretaria de que é titular para o suporte a esses estudantes e suas famílias. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.175/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os conselhos municipais do idoso, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.176/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o volume de recursos oriundos de emendas parlamentares estaduais destinados, nos

últimos cinco anos, às instituições de longa permanência para idosos, detalhando-se os valores destinados por transferências especiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.178/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de instituições de longa permanência para idosos em funcionamento no Estado e o número de pessoas idosas atendidas nessas instituições, categorizadas por gênero. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.180/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de associações de pais e amigos dos excepcionais no Estado que são habilitadas como serviço de saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.533/2025, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre os resultados obtidos pela Operação Saúde, realizada de 5 a 7/11/2024, especificamente no que concerne às unidades de saúde no Município de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.685/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as pilhas de resíduos e rejeitos Fraile, na Mina Casa de Pedra, em Congonhas; sobre as pilhas de resíduos e rejeitos das Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), em Nova Lima; e sobre as pilhas de resíduos e rejeitos da Mina Apolo, situada entre os Municípios de Caeté e Santa Bárbara, na Serra do Gandarela, com os esclarecimentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.241/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o investimento destinado ao fomento da prática do *breaking*, ou *breakdance*, no Estado, e o número de atletas mineiros que participaram, ou buscaram participar e não conseguiram, das Olimpíadas de 2024, em Paris, que inauguraram essa modalidade olímpica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.282/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado aos coordenadores do Comitê de Compromitentes do Acordo Judicial de Reparação de Brumadinho pedido de informações sobre o referido acordo, com os esclarecimentos que especifica, relativos aos fundamentos de cláusulas, aos critérios de seleção e priorização de projetos, às comunidades consultadas, à divulgação pública, à execução das obras e à distribuição territorial dos investimentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 12.036/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações de pós-resgate executadas em decorrência do resgate de oito trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão, ocorrido em maio de 2025, durante operação realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em uma fazenda de eucaliptos e carvoaria localizada no Município de São Gonçalo do Rio Preto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.337/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciadas em documento que detalhe os recursos investidos pelo Estado, em seus vários órgãos e programas, visando à educação para o trânsito. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.669/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas no parecer técnico emitido pela secretaria de que é titular a respeito da estrutura da Escola Estadual Francisco Fernandes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.386/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações consubstanciadas na análise do Projeto de Lei nº 2.080/2024, que cria o Monumento Natural da Serra do Lenheiro, apresentada por Luis Gustavo Molinari Mundim, representante do Iepha-MG, durante audiência pública da comissão em 10/7/2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.387/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações consubstanciadas na nota técnica elaborada pelo IEF na análise do Projeto de Lei nº 2.080/2024, que cria o Monumento Natural da Serra do Lenheiro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.395/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de informações consubstanciadas na análise técnica do Projeto de Lei nº 3.402/2025, em especial quanto aos aspectos concernentes aos potenciais impactos ambientais que os minerodutos podem provocar na região a que se refere a proposição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.467/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral e ao corregedor-geral da Polícia Militar pedido de informações consubstanciadas em documento em que conste o número de petições com pedidos de arquivamento de inquérito policial militar feitos pela Corregedoria-Geral da Polícia Militar à Justiça Militar, no período de 24/8/2023 a 24/8/2025, destacando-se as petições em questão que envolvam praça ou oficial. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 13.966/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o montante disponível, para a pasta de que é titular, dos recursos da Lei Aldir Blanc destinados à consecução dos objetivos previstos no inciso II do parágrafo único do art. 5º da Lei Federal nº 14.399, de 2022, e sobre o percentual desse montante já executado pela referida pasta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.199/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a situação do concurso público regido pelo Edital Seplag-IMA nº 1/2023, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.235/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o quantitativo de servidores previsto em regulamento e o efetivo atualmente existente nas delegacias distritais, nas delegacias especializadas de atendimento à mulher, nas delegacias especializadas de repressão a crimes rurais e no plantão digital das unidades policiais, bem como sobre o quantitativo de servidores civis *ad hoc* em atuação nas delegacias do Estado, detalhado por município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 14.250/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de alunos com deficiência, em especial com transtorno do espectro autista – TEA –, matriculados na rede estadual de ensino nos últimos cinco anos; as medidas de fiscalização e acompanhamento que a secretaria de que é titular tem adotado em relação às escolas particulares que recusam matrícula a estudantes

com deficiência; e os programas, as políticas ou os protocolos de apoio à inclusão escolar de crianças com TEA. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.252/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre os casos de negativas de matrículas ou dificuldades de acesso à educação, nos últimos cinco anos, enfrentadas por crianças com transtorno do espectro autista em escolas públicas e privadas do Estado, com os esclarecimentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.254/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao presidente do Conselho Estadual de Educação pedido de informações sobre as questões que especifica, relativas à garantia do acesso e da permanência de crianças com transtorno do espectro autista na educação básica no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.625/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a existência de campanhas educativas, em andamento ou programadas, destinadas à conscientização da população idosa sobre práticas de segurança para evitar golpes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.629/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a rede de atendimento psicológico disponível para idosos no Estado e o número de profissionais especializados em gerontologia e saúde mental do idoso no Sistema Único de Saúde em âmbito estadual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 14.631/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de ocorrências registradas, nos últimos cinco anos, relativas a fraudes, golpes financeiros e crimes de estelionato cujas vítimas foram pessoas idosas, bem como sobre as medidas específicas adotadas para prevenção, investigação e repressão desses crimes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 15.169/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre as políticas de preservação do patrimônio histórico e os mecanismos de fomento e incentivo utilizados com vistas à sustentabilidade dos museus que o Poder Executivo pretende apresentar à sociedade mineira, principalmente em relação ao Museu da Escola Professora Ana Maria Casasanta Peixoto, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 15.995/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais pedido de informações sobre a ausência de iluminação pública no trecho da Rodovia MG-050 no Município de Divinópolis e sobre as razões da paralisação das obras na mesma rodovia, no Município de Formiga, com envio a esta Casa dos planos para a solução dos referidos problemas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.230/2026, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços de neurocirurgia em funcionamento no Sistema Único de Saúde no Estado, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.261/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de

informações sobre os impactos socioambientais e as causas dos rompimentos recentemente ocorridos em estruturas de empreendimentos da Vale S.A. e da CSN Mineração, bem como sobre a conformidade das estruturas desses empreendimentos com as normas ambientais e minerárias e com termo de ajustamento de conduta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.443/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca de denúncia de possível rompimento de *sump* ou estrutura similar da mineradora Gerdau, ocorrido em 5/2/2026, na Mina de Miguel Burnier, em Ouro Preto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.485/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça pedido de informações sobre o cumprimento de decisões judiciais que impuseram medidas à empresa Vale S.A. em razão de extravasamentos de água e sedimentos ocorridos nas Minas de Viga e de Fábrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 16.794/2026, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o plano de trabalho e o cronograma de execução para a elaboração do diagnóstico dos conselhos municipais de educação, que integra iniciativa informada em resposta ao Requerimento nº 11.437/2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 16.796/2026, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação no período de 2019 a 2024, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 17.335/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente, ao coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo e ao coordenador-adjunto de Defesa Civil pedido de informações sobre o funcionamento e a finalidade da Cava 18 da Mina de Fábrica da empresa Vale S.A., com os esclarecimentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 17.524/2026, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre as respostas relativas ao conjunto de protocolos solicitados à companhia que tratam das melhorias no fornecimento de energia elétrica no Estado, no âmbito do programa Luz para Todos, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 17.825/2026, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de conclusão das obras da subestação de energia elétrica que atenderá os municípios que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 17.984/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil pedido de informações, em complementação à resposta ao Requerimento nº 12.402/2025, sobre inquéritos, procedimentos, ocorrências, medidas protetivas, feminicídios e o programa ProDeam, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 18.153/2026, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o plano atual de aplicação dos recursos destinados à educação profissional técnica de nível médio enviado ao Ministério da Educação, no âmbito do programa Juros pela Educação, do Propag, instituído pela Lei

Complementar Federal nº 212, de 13/1/2025, enviando-se a esta Casa cópia do plano atualmente em execução. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 19.329/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre o número de títulos de propriedade emitidos para a população ribeirinha e os pescadores da Comunidade Pesqueira de Porto Novo, localizada às margens da Represa de Três Marias, e o número de emissões de título que estão em curso, com as especificações e o envio dos documentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 276/2023, da deputada Maria Clara Marra; e 5.367/2026, da deputada Delegada Sheila.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 118/2026, do deputado Tito Torres; Projetos de Lei nºs 2.483/2024, do deputado Cristiano Silveira; 4.816/2025, do deputado Carlos Henrique; 5.039/2026, do deputado Lincoln Drumond; e 5.175/2026, do deputado Betão.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a solicitar esclarecimentos sobre a execução do Contrato nº 9492760/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto Hortense, com a presença do secretário de Estado de Educação, Daniel Guimarães Medrado de Castro, como convidado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 143/2026, da deputada Beatriz Cerqueira e outros; e Projeto de Lei nº 2.648/2024, do deputado Charles Santos.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 120/2026, do deputado Roberto Andrade; Projetos de Lei nºs 3.668/2022 e 104/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 2.130/2024, da deputada Bella Gonçalves; 3.721/2025, do deputado Zé Guilherme; 4.821/2025, do deputado Professor Cleiton; 5.024 e 5.029/2026, do deputado Rafael Martins; 5.227/2026, do deputado Carlos Pimenta; 5.322/2026, do deputado Doorgal Andrada; 5.354/2026, do deputado Zé Laviola; 5.424/2026, do deputado Lucas Lasmar; 5.668/2026, do deputado Doorgal Andrada; 5.695/2026, do deputado Dalmo Ribeiro; 5.731/2026, do deputado Lucas Lasmar; 5.816 e 5.817/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes; 5.849/2026, do deputado João Magalhães; 5.948/2026, do deputado Sargento Rodrigues; 5.975/2026, do deputado Tito Torres; 5.981/2026, do deputado Carlos Henrique; 5.991/2026, da deputada Carol Caram; 6.017/2026, da deputada Macaé Evaristo; 6.020/2026, da deputada Ana Paula Siqueira; 6.063/2026, do deputado Carlos Henrique; 6.102/2026, do deputado Cristiano Silveira; 6.118/2026, do deputado Luizinho; 6.126/2026, do deputado Carlos Henrique; 6.153/2026, do deputado Charles Santos; 6.219/2026, do governador do Estado; 6.255/2026, do deputado Dalmo Ribeiro; e 5.259/2026, da deputada Leninha.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.038/2020, do deputado Tito Torres; 698/2023, do deputado Thiago Cota; 1.030/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 1.308/2023, do deputado Arlen Santiago; 3.387 e 3.958/2025, do deputado Raul Belém; 5.919/2026, da deputada Amanda Teixeira Dias; 5.935/2026, do deputado Gustavo Valadares; 5.971/2026, do deputado Enes Cândido; 5.976/2026, do deputado Noraldino Júnior; 6.028/2026, do deputado Duarte Bechir; 6.038/2026, da deputada Maria Clara Marra; 6.040/2026, da deputada Amanda Teixeira Dias; 6.069/2026, do deputado Luizinho; 6.095/2026, do deputado Noraldino Júnior; 6.101/2026, do deputado Arlen Santiago; 6.105/2026, da deputada Amanda Teixeira Dias; 6.117/2026, do deputado Ulysses Gomes; 6.120/2026, do deputado Lucas Lasmar; 6.124/2026, do deputado Professor Wendel Mesquita; 6.136/2026, do deputado Noraldino Júnior; 6.146/2026, do deputado Cristiano Silveira; 6.148/2026, da deputada Ana Paula Siqueira; 6.161/2026, do deputado Rodrigo Lopes; 6.166/2026, da deputada Amanda Teixeira Dias; 6.168/2026, da deputada Bella Gonçalves; 6.172/2026, da deputada Maria Clara Marra; 6.180/2026, do deputado Sargento Rodrigues; 6.194/2026, da deputada Ana Paula Siqueira; 6.200/2026, da deputada Leninha; 6.207/2026, da deputada Maria Clara Marra; e 6.212/2026, do deputado Celinho Sintrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.597/2022, da deputada Ana Paula Siqueira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.288/2024, da deputada Beatriz Cerqueira; e 5.902/2026, da deputada Carol Caram.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.304/2025, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 310/2023, da deputada Maria Clara Marra; e 5.677/2026, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.049/2022, do deputado Agostinho Patrus; e 4.495/2025, do deputado Leonídio Bouças.

Requerimento nº 19.981/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a regulamentação, no âmbito do Estado, da Lei Complementar Federal nº 230, de 2026, que dispõe sobre normas gerais aplicáveis ao desmembramento de parte de um município para incorporação desta a outro.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/11/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.105/2024, do deputado Leleco Pimentel; 3.531/2025, da deputada Andréia de Jesus; 3.587/2025, da deputada Bella Gonçalves; 4.251/2025, do deputado Doutor Jean Freire; e 4.451/2025, dos deputados Carlos Henrique e Professor Cleiton.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.586/2025, do deputado Professor Cleiton; 3.906/2025, da deputada Beatriz Cerqueira; 4.653/2025, do deputado Adriano Alvarenga; 4.725/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes; 4.915/2025, do deputado Professor Cleiton; 4.949/2025, do deputado Rodrigo Lopes; 5.277/2026, do deputado Rafael Martins; 5.344/2026, do deputado Professor Cleiton; e 5.453/2026, do deputado Ricardo Campos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho Sintrocel, Leandro Genaro, Leleco Pimentel e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/2026, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as condições de trabalho, a carreira e a remuneração dos servidores da Fundação João Pinheiro.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2026.

Betão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Cristiano Silveira, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/2026, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 6.220/2026, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2026.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados João Magalhães e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/2026, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, os impactos socioambientais decorrentes da atividade minerária em Itatiaiuçu e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2026.

Tito Torres, presidente.

PARECERES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.146/2024

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Arlen Santiago, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Instituto Mineiro de Ajuda Solidária Permanente – Imasp –, com sede no Município de Brasília de Minas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.146/2024 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Mineiro de Ajuda Solidária Permanente – Imasp –, com sede no Município de Brasília de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998. A comissão registrou que o estatuto, com alteração registrada em 17/12/2025, veda a remuneração dos dirigentes e prevê que, em caso de dissolução, o patrimônio remanescente seja destinado a entidade sem fins lucrativos com atividades semelhantes.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade promove ações de assistência social, desenvolvimento econômico e combate à pobreza. Atua também na promoção da saúde, dos direitos humanos, da cidadania e da inclusão social, bem como na preservação ambiental e na oferta de atividades de lazer. Alguns de seus objetivos são, ainda, a radiodifusão comunitária educativa, artística, cultural e informativa e o combate à discriminação.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto Mineiro de Ajuda Solidária Permanente – Imasp –, consideramos oportuna a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.146/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2026.

Celinho Sintrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.170/2024

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Coronel Henrique, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Sílvio José Tavares, com sede no Município de Carandaí.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Sílvio José Tavares, com sede no Município de Carandaí, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a inclusão social, ações de aprimoramento intelectual e técnico, atividades esportivas e a conscientização da comunidade para a preservação do patrimônio histórico.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Cultural e Esportiva Sílvio José Tavares, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.170/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2026.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.914/2024

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, a proposição em epígrafe declara de utilidade pública a Associação Gota de Leite Lígia Maria Costa, com sede no Município de Campestre.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Gota de Leite Lígia Maria Costa, com sede no Município de Campestre, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, combater a fome, a pobreza e a exclusão social, cultural, esportiva e digital no Município de Campestre, desenvolver iniciativas de proteção ambiental, apoiando a preservação de áreas naturais e a conscientização sobre descarte de resíduos. A entidade também auxilia na inserção de pessoas no mercado de trabalho.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Gota de Leite Lígia Maria Costa, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.914/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2026.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.422/2025

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Doutor Wilson Batista, a proposição em epígrafe declara de utilidade pública o Projeto Life Style BJJ, com sede no Município de Manhuaçu.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Projeto Life Style BJJ, com sede no Município de Manhuaçu, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover assistência social e proteção a crianças, adolescentes e famílias vulneráveis, com ações de alimentação, educação, cultura, esporte, combate à pobreza e preservação ambiental.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Projeto Life Style BJJ, com sede no Município de Manhuaçu, consideramos oportuna a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.422/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2026.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.495/2025

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Leonídio Bouças, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Criadores de Gado de Leme do Prado, com sede no Município de Leme do Prado, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.495/2025 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Criadores de Gado de Leme do Prado, com sede no Município de Leme do Prado.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, divulgar técnicas de produção, manejo, mercado, melhoria de qualidade e de produtividade dos rebanhos; negociar, no interesse comum, a venda do leite produzido nas propriedades dos associados; apoiar as compras de insumos utilizados por eles, em especial fertilizantes, calcário sementes e ração; orientar os produtores sobre o melhoramento genético e adquisição de matrizes, toros reprodutores e sêmen.

Tendo em vista os propósitos da associação em prol dos pequenos criadores de gado de Leme do Prado, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.495/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2026.

Raul Belém, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.766/2025

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Arlen Santiago, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais dos Remanescentes Quilombolas do Alto São Sebastião, com sede no Município de Monte Azul.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais dos Remanescentes Quilombolas do Alto São Sebastião, com sede no Município de Monte Azul, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover ações nas áreas da assistência social, educação, cultura, trabalho e meio ambiente e promover assistência técnica aos agricultores familiares.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais dos Remanescentes Quilombolas do Alto São Sebastião, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.766/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2026.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.680/2026

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria da deputada Maria Clara Marra, a proposição em epígrafe declara de utilidade pública o Lions Clube de Iturama, com sede no Município de Iturama.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Lions Clube de Iturama, com sede no Município de Iturama, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a assistência social, o voluntariado, a cidadania, a ética, a integração comunitária e a cooperação entre entidades e lideranças locais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Lions Clube de Iturama, com sede no Município de Iturama, consideramos oportuna a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.680/2026, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2026.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.828/2026

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria da deputada Maria Clara Marra, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pescadores, Ilheiros e Vazanteiros de Ibiaí, com sede no Município de Ibiaí.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.828/2026 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pescadores, Ilheiros e Vazanteiros de Ibiaí, com sede no Município de Ibiaí, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade atua na promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental da região. Algumas de suas finalidades são o combate à fome, à desnutrição e à pobreza, a assistência social e a proteção da saúde das famílias, a preservação ambiental e o incentivo à agricultura familiar. A associação também promove a qualificação profissional e o acesso à cultura, ao esporte e à educação, contribuindo para o fortalecimento das condições de vida das populações ribeirinhas e tradicionais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Pescadores, Ilheiros e Vazanteiros de Ibiaí, consideramos oportuna a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.828/2026, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2026.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.891/2026

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria da deputada Amanda Teixeira Dias, a proposição em epígrafe declara de utilidade pública a entidade Prensas Solidárias, com sede no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.891/2026 tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade Prensas Solidárias, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. A comissão apresentou o Substitutivo nº 1 para corrigir a denominação da entidade, de acordo com seu estatuto constitutivo.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade oferece alternativas de aprendizagem, profissionalização e formação para jovens e adultos, promove ações de geração de renda e acompanhamento social e presta serviços gratuitos à comunidade. Além disso, desenvolve atividades de artesanato, música, cultura, proteção social, segurança alimentar, apoio psicológico e esporte para crianças e adolescentes. Atua também na arrecadação e distribuição de alimentos, na proteção de idosos e mulheres e no apoio a pessoas em vulnerabilidade social.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade Prensas Solidárias, consideramos oportuna a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.891/2026, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2026.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.925/2026

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Charles Santos, a proposição em epígrafe declara de utilidade pública o Instituto Silvano Alves Tomaz Lions da Bola, com sede no Município de Cataguases.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.925/2026 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Silvano Alves Tomaz Lions da Bola, com sede no Município de Cataguases, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade oferece serviços de assistência social e esporte a crianças, adolescentes, jovens, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade. Atua também nas áreas da educação, cultura, lazer, meio ambiente e profissionalização, promovendo ações de apoio temporário a famílias em extrema pobreza, capacitação para o trabalho, geração de renda e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto Silvano Alves Tomaz Lions da Bola, consideramos oportuna a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.925/2026, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2026.

Betão, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/11/2026, a presidente em exercício, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Célia Maria de Jesus, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Saúde;

exonerando Iraí Donizetti da Silva, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luizinho;

exonerando Ricardo de Souza Barros, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas em Frente, vice-líder deputado Leandro Genaro;

nomeando Dhayana de Oliveira Lana, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas em Frente, vice-líder deputado Leandro Genaro;

nomeando Roseli Gomes Viana, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga;

nomeando Wanilton Cezar Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Saúde.

AVISO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da que lhe confere o art. 36, inciso I, "b", da Deliberação da Mesa nº 2.802, de 21/9/2022, decide cancelar o registro de preços formalizado na

Ata de Registro de Preços nº 4/2026, com fundamento no art. 28, inciso I e § 2º, do Decreto nº 48.779, de 2024; no art. 137, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e na cláusula 5ª da referida ata.

AVISO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial da que lhe confere o art. 36, inciso I, "b", da Deliberação da Mesa nº 2.802, de 21/9/2022, decide cancelar o registro de preços formalizado na Ata de Registro de Preços nº 3/2026 e extinguir unilateralmente os contratos administrativos derivados, formalizados por meio das Autorizações de Fornecimento nºs 70/2026 e 76/2026, com fundamento no art. 28, inciso I e § 2º, do Decreto nº 48.779, de 2024; no art. 137, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e na cláusula 5ª da referida ata.

ERRATAS

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/11/2026

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/11/2026, na pág. 5, no Sumário, na relação de requerimentos recebidos, onde se lê:

"20.311 a 20.320", leia-se:

"20.311, 20.312, 20.314 a 20.320".

E, sob o título "Requerimentos", suprimam-se os despachos atribuídos aos Requerimentos nºs 20.077/2026, na pág. 43, e 20.165/2026, na pág. 51, bem como, na pág. 64, o seguinte requerimento:

"Nº 20.313/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e à diretora-geral da Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação do saneamento básico e da prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário no Bairro Angicos, no Município de Vespasiano, com os esclarecimentos que especifica. (– À Mesa da Assembleia.)".